

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
DE EXECUÇÕES PENAIS DO DISTRITO FEDERAL - VEP/DF.**

Autos nº **XXXXXXXXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, com fundamento nos artigos 197 da Lei de Execução Penal e 581 do Código de Processo Penal – CPP, interpor

**RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO**

em face da decisão de mov. **xx**, proferida pelo Juízo da VEP/DF, que, **ao desconsiderar o concurso formal para fins de progressão de regime, como imposto pelo íncrito TJDFT, determinou que fosse cadastrada no Relatório de Execução a pena total obtida através do concurso material**, para fins de cumprimento pelo sentenciado, violando a coisa julgada, o que passa a fazer conforme os motivos expostos nas razões anexas.

Caso a decisão seja mantida, em sede do juízo de retratação, requer a defesa o recebimento e processamento do presente recurso com o traslado das cópias abaixo indicadas, que compreendem o pedido, a decisão recorrida, a certidão de intimação e as demais peças essenciais, nos termos do 587 do Código de Processo Penal, e posterior remessa ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Nesses termos, pede deferimento.

Local, dia, mês e ano.

**DEFENSOR FULANO DE TAL**

**Cópias requeridas pela Defesa para a formação do instrumento do Recurso de Agravo, porquanto essenciais para a compreensão da controvérsia:**

**Mov. xx, fls. xx - Sentença condenatória, acórdão do TJDF, decisão em Resp e trânsito em julgado;**

**Mov. xx - Decisão proferida pelo TJDF;**

**Mov. xx - Relatório da Situação Processual Executória;**

**Mov. xx - Pedido defensivo;**

**Mov. xx - Decisão agravada;**

**Mov. xx e seguintes - Remessa e Leitura de remessa pela DPDF;**

**Certidão de intimação da DPDF.**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES DA TURMA  
CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO  
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**RAZÕES DO AGRAVO**

**Autos nº xxxxxxxxxxxxxx**

Agravante: **FULANO DE TAL**

**Colenda Turma,**

**Eminente des. Relator,**

**1. DAS RAZÕES DE REFORMA**

O presente recurso visa combater a decisão de mov. **xx**, proferida pelo Juízo da VEP/DF, que ao desconsiderar o concurso formal para fins de progressão de regime (desmembrando as penas do crime hediondo e comum para fins de cálculo da progressão), como imposto pelo TJDF, **determinou que se cadastrasse, no Relatório de Execução, contudo, a pena total relativa às execuções obtida pelo concurso material de crimes**, para fins de cumprimento pelo sentenciado, violando a coisa julgada.

O agravante foi condenado na sentença objeto da execução nº ~~xxxxxxxxxx~~ como incurso nas cominações do artigo 121, p. 2º, II e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal; e artigo 121, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal.

A sentença condenatória e, bem assim, o acórdão confirmatório da condenação reconheceram o concurso formal próprio entre os crimes, aplicando, assim, a regra do artigo 70 do Código Penal.

Foi adotada, como base, a pena mais grave, qual seja, a do homicídio tentado qualificado, que acrescida de um sexto (concurso formal) totalizou 17 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão.

No curso da execução, a defesa requereu o desmembramento das penas **apenas para fins de cálculo da progressão**. Isso porque, aplicando-se as frações legais às penas isoladamente consideradas, para fins de cálculo da progressão, essa seria antecipada.

Ocorre que, em decisão posterior, o douto magistrado de piso chancelou o cadastramento integral e autônomo, no Relatório de Execução, das penas em questão, desconsiderando-se, assim, o concurso formal aplicado no título executivo, “o que fatalmente implicará em pena nominal maior”.

Inconformada, a defesa interpõe o presente recurso.

É, em síntese, o relato dos fatos.

A decisão não deve prosperar.

De início, cumpre registrar que **o sentenciado foi condenado a uma sanção que totaliza 17 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, objeto da execução nº ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxx~~**. Tal *quantum* adveio da aplicação do instituto referente ao concurso formal quando da sentença condenatória, mantida em grau de recurso, tendo sido utilizada, como ponto de partida, a pena do delito objetivamente mais

grave, qual seja 14 anos e 8 meses de reclusão pelo homicídio tentado qualificado, acrescida de 1/6 (um sexto), restando, ao final, fixada em 17 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão.

Verificou a defesa, em sede de execução, contudo, que o concurso material mostrar-se-ia mais benéfico **apenas para fins de cálculo da progressão**, já que, caso mantida a pena decorrente do concurso para tal finalidade, o sentenciado deveria cumprir a fração de 3/5 da pena total (17 anos, 1 mês e 10 dias), embora somente 14 anos e 8 meses de reclusão se referisse, realmente, ao delito hediondo.

Ocorre que, embora o desmembramento das penas, aplicando-se o concurso material, seja mais benéfico para fins de cálculo da progressão, não o é caso se imponha ao sentenciado o cumprimento total da reprimenda, desconsiderando-se a regra do concurso formal reconhecida pelas instâncias de conhecimento.

Com efeito, mantida a decisão ora recorrida, **a sanção do apenado no que diz com a execução nº xxxxxxxxxxxx, que era de 17 anos, 1 mês e 10 dias, conforme se extrai do acórdão condenatório, passará ao patamar de 21 anos, 3 meses e 6 dias de reclusão. A reprimenda nela executada, pois, sofreu um *plus* de mais de 4 anos.**

Portanto, a decisão vergastada ultrapassou os próprios limites da decisão do TJDF, já que impõe ao sentenciado o cumprimento de uma pena maior do que a que fora efetivamente condenado. Feriu, portanto, **os limites objetivos do título executivo penal, violando, destarte, a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF).**

Veja-se, aliás, que a aplicação do concurso formal traz consigo um objetivo, qual seja, o de beneficiar, na situação fática, o sentenciado que pratica vários crimes nas condições do artigo 70 do CP. Logo, se essa é a intenção durante o processo de conhecimento, sentido diverso não se lhe pode dar quando da aplicação da lei no curso da execução penal.

Em caso análogo ao presente, assim decidiu o egrégio TJDFT:

EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DE AGRAVO. CONCURSO FORMAL. CRIMES HEDIONDO E COMUM. CÁLCULO DIFERENCIADO APENAS PARA FINS DE BENEFÍCIOS PENAIIS. POSSIBILIDADE.

**1. Na execução penal, na hipótese de concurso formal entre crime comum e hediondo, as reprimendas devem ser consideradas isoladamente para o cálculo dos benefícios penais, em benefício do apenado, sem que seja modificado, na conta de liquidação, o quantum da pena unificada fixado na sentença condenatória.**

2. Agravo conhecido e provido. (Acórdão n.992009, 20160020490417RAG, Relator: JESUINO RISSATO 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 02/02/2017, Publicado no DJE: 09/02/2017. Pág.: 187/201)

Portanto, embora benéfica a aplicação da soma das penas para fins de cálculo da progressão, deve ser mantida a reprimenda aplicada pelas instâncias de conhecimento (já colhida pela coisa julgada, frise-se), considerando-se o concurso formal, para fins de cumprimento total pelo sentenciado, sob pena de evidente violação ao princípio da *ne reformatio in pejus* e proibição da revisão *pro societate*.

## **2. PRESQUESTIONAMENTO**

Para fins de prequestionamento, a defesa requer que, quando do julgamento do recurso, esse egrégio Sodalício declare a inteligência dos seguintes dispositivos: art. 71 do CP, art. 1º da Lei de Execução Penal e artigo 5º, XXXVI da CF.

## **3. PEDIDO**

Diante do exposto, pugna a Defesa pelo conhecimento e provimento do recurso para, reformando a decisão que se hostiliza, manter o concurso material apenas para fins de cálculo dos benefícios da progressão, sem que se modifique, no Relatório de Execução (Conta de Liquidação), o quantum da pena unificada fixado no édito condenatório, de forma que a reprimenda a ser cumprida pelo sentenciado no tocante à execução nº ~~XXXXXXXXXX~~ seja de 17 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, consoante fixado no acórdão confirmatório da condenação.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Local, dia, mês e ano.

**DEFENSOR FULANO DE TAL**